



Os Projetos Federalistas e Centralistas na Gênese dos Partidos Políticos entre 1930 e 1933

LEANDRO R. TONETE¹

Resumo: Com a corrosão da Primeira República diversas propostas para o rearranjo do estado brasileiro são lançadas. Na esteira desse contexto político, inúmeros partidos políticos se organizaram com o objetivo de defender seus projetos no campo eleitoral e constituinte de 1933. Quanto a organização do modelo federativo brasileiro, dois eixos podem ser observados com clareza: a de continuidade, assegurando o federalismo liberal, base do regionalismo; e a de mudança, voltada à centralização, que abarcava diversas propostas de ampliação do poder executivo. O presente trabalho está baseado na pesquisa a respeito dos partidos políticos, organizados ou reorganizados, nos primeiros anos da década de 1930 e seus posicionamentos quanto ao modelo federativo a ser implementado. As principais fontes foram o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983) e o artigo Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934 (2015).

Palavras-chave: Partidos políticos; Federalismo; Centralização.

Abstract: Regarding the fret of the pillars of the First Republic several proposals for the rearrangement of the Brazilian state are launched. In the wake of that political context, numerous political parties organized themselves with the objective of defending their projects in the electoral and constituent field of 1933. About the organization of the Brazilian federative model, two axes can be clearly observed: that of continuity, ensuring liberal federalism, basis of regionalism; And that of change, focused on centralization, which embraced proposals to fortify the executive power. This paper is based on the research on political parties organized or reorganized in the early 1930s and their position about the federalist model to be implement. The main sources were the Brazilian Historical-Biographical Dictionary (1930-1983) and the article Elections in Brazil before democracy: The Electoral Code of 1932 and the lawsuits of 1933 and 1934 (2015).

Key words: Political parties; Federalismo; Centralization.

O colapso da Primeira República e a ascensão do Governo Provisório iniciaram um período de grande mobilização política no Brasil, que se fez presente tanto na esfera das “altas” decisões, onde tradicionais lideranças operaram acordos e conciliações, quanto na inserção de outros grupos organizados e politicamente marginais, que à época, giravam em torno das novas perspectivas abertas com pela Revolução de 1930. Virgílio de Melo Franco, um dos articuladores mais vorazes do novo regime, definiu o momento com um dos maiores períodos

¹ Graduado em história na Universidade de Brasília (UnB) e professor de história da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.



2

de transformação de que houvera memória:

Nesse intervalo de tempo, o Brasil sofreu uma das maiores transformações de que há memória na sua história política. Do alcance dessa transformação ninguém poderá, por enquanto, dizer nada. Uma coisa porém é certa; a saber, a Revolução não foi boa nem má: a revolução foi indispensável e como tal invencível. (FRANCO, 1980: 265)

Esse trecho da obra *Outubro, 1930* traz à tona o fato de que o período inaugurado foi muito mais do que parte integrante de um todo genérico, por vezes, chamado “República Nova”, “Estado Novo” ou “Era Vargas”.² Foi um momento peculiar para a cultura política brasileira, o que transcende a figura do golpe e do golpista. As ideias e projetos incitados – e não determinados – pelos acontecimentos que se posicionaram em torno da mudança política em questão, confluíram para a formação de novos partidos por todo o território brasileiro. O fato de existirem manifestações de pensamentos e vontades, expressadas através da formação de partidos políticos, configura este recorte – compreendido entre 1930 e as eleições para constituinte em 1933 – como uma mudança existente dentro do contexto político agitado pelo qual o país passava.

Em meio a esse turbilhão, um binômio se firmava orbitando o embate entre o federalismo liberal e regional, e a centralização. O federalismo liberal se caracterizava como um antigo flerte da política brasileira. Tal tendência apontava para a formação de partidos regionais e de fato ela foi seguida por boa parte dos atores políticos mesmo antes da promulgação da Constituição de 1891 (Cf. PANDOLFI, 2002: 66). O PRP (Partido Republicano Paulista) foi fundado em 1873, o PRR (Partido Republicano Rio-grandense) em 1882 e o PRM (Partido Republicano Mineiro), como já citado, em 1888. A única tentativa de se formar um partido nacional foi patrocinada pelo paulista Francisco Glicério, porém, seu partido acabou morrendo de inanição no final da década de 1890 (Cf. MOTTA, 1999: 52). Mas com a promulgação da constituição de 1891 e a instalação da Política dos Governadores, a cristalização do regionalismo se torna inevitável.

Como tendência oposta, a centralização não fora completamente sufocada pelo domínio do federalismo. Dentro dos círculos militares e dos intelectuais de mais afinidade positivista, os projetos de centralização ainda estavam encapsulados (Cf. D’ARAUJO, 2011: 19). A

² Os termos “República Nova”, “Estado Novo” e “Era Vargas” foram importados de outras obras. Sobre o termo “República Nova” ver CARONE, 1982, p. 5-8; sobre o termo “Estado Novo” ver AMARAL, 2002, Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/azevedo.html> Acesso: 03/11/2016; e também GOMES; PANDOLFI; ALBERTI (orgs.), 2002: 24. A respeito da relativização deste período ver FAUSTO, 1997: 8-9.



3

propostas ganha sobrevida com os as revoltas tenentistas, inauguradas com a ação mais “espetacular e heroica”, os 18 do Forte de Copacabana (LANNA JÚNIOR, 2006: 317). Embora os levantes fossem bastantes difusos, a crítica a República Oligárquica tomava conta das empreitadas dos tenentes, incluindo o federalismo e o regionalismo (Cf. CARONE, 1989: 31).

Essas duas correntes protagonizam a Revolução de 1930, situando-se no centro dos debates políticos (Cf. GOMES (orgs.), 1980: 29). Para além de apontar uma corrente vencedora - tarefa inócua, visto que o binômio regionalismo/centralismo compõem um embate carregado de avanços e recuos após a chegada do Governo Provisório - é possível observar como o choque entre essas propostas e a abertura legal do código eleitoral de 1932, corroborou com um grande aumento no número de famílias políticas autodenominadas “partidos” e com um cenário de envolvimento dessas organizações nesse choque ideológico antes da constituinte de 1933.

Federalismo regional como situação

A extinção da Primeira República veio acompanhada de forte crítica ao federalismo, corrente que triunfava na virada do século XIX para o XX. Logo nos primeiros anos da República, Marechal Deodoro chegou a fechar o Congresso “prometendo fortalecer o Poder Executivo da União”, enfraquecido pela tendência descentralizadora que emanava da primeira carta republicana. A atitude enérgica do chefe do poder executivo dependia de uma união militar que não existia. O exército se encontrava dividido entre Deodoro e seu então vice, Floriano Peixoto, que aproveitou o erro estratégico do velho marechal para subir ao poder com a ajuda da elite paulista (Cf. FAUSTO (dir.), 2008: 252-254). À parte desse momento turbulento, a Constituição de 1891 cristalizou a tendência federalista que advinha dos últimos anos do Império (Cf. GOMES; PANDOLFI; ALBERTI (org.), 2002: 66).

Se a independência norte-americana, por si, já configurou um movimento singular na América, as instituições democráticas que esta Revolução originou foram além em termos de influência política no Novo Mundo. Com a chegada da democracia e da República em 1889, o arranjo estatal organizado para o Império não mais cabia e foi necessário buscar novas perspectivas. Dentre as experiências republicanas mais bem sucedidas – em termos de duração – à época, a estadunidense era uma das mais emblemáticas. Os olhares, portanto, se voltaram para a carta norte-americana no intuito de extrair modelos estruturais, os quais, de



4

acordo com a serventia, foram enxertados na Constituição brasileira. O federalismo, para os formuladores do Estado pós-monárquico, veio como uma característica fundamental, principalmente, para políticos paulistas (Cf. REZENDE, 2006: 93).

Logo se vê a função do federalismo para as elites regionais, minar o poder central e abastecer de autonomia e autoridade os poderes locais. As unidades federativas podiam legislar sobre qualquer matéria que não lhes fosse negadas expressa ou implicitamente pela primeira Constituição republicana, o que permitia a cobrança de impostos, contração de empréstimos, organização de uma força militar, etc. Ou seja, no Brasil, “o federalismo rompe com o sistema de relação direta entre os detentores do poder local e o centro de poder nacional” (REZENDE, 2006: 95). Maria Efigênia Lara Rezende complementa ao observar que a transplantação de princípios da Constituição dos Estados Unidos para a Constituição republicana de 1891 foi feita sem que se levasse em consideração a realidade brasileira, o que gerou graves consequências para o executivo nacional.

O principal sintoma do problema apontado era a forte dependência do Poder Executivo em relação aos estados, o que gerou inércia nas decisões políticas. O governo de Prudente de Morais, vítima desta morosidade, foi criticado por ser ineficaz, pois o paulista falhou ao tentar governar ao lado do Congresso. Vencido os quatro anos de seu mandato, Campos Salles obteve mais sucesso no que tange a governabilidade graças a uma manobra política que ficaria marcada na história da República do Brasil por gerar uma poderosa força política oligárquica. Tal manobra foi denominada de Política dos Estados ou de Política dos Governadores (Cf. LOPEZ; MOTA, 2008: 572-575).

Campos Salles estava ciente de que o regionalismo – agora travestido de federalismo – gerou elites locais poderosas que rivalizavam entre si, inclusive, no campo político.³ O experiente político paulista buscou contornar o problema instituindo um acordo tácito entre o executivo federal e as lideranças estaduais. O arranjo partiu do princípio de um compromisso entre essas forças. O acordo foi a garantia de apoio em prol de um governo federal relativamente coeso, ainda mais necessário num momento de grande crise financeira acompanhada por uma inflação galopante. A inércia não era mais uma opção (Cf. REZENDE In FERREIRA; DELGADO, 2006: 112-113).

³ Adoto o seguinte pensamento de Joseph Love para afirmar que o regionalismo é fruto do federalismo: “O regionalismo (...) é o padrão de comportamento político característico do regime federativo. Nele, os atores regionais aceitam a existência de uma entidade maior, o Estado-nação, mesmo que isso coloque em risco o próprio regime político” (LOVE In MOTA, 2000: 124).

Nos níveis estadual e federal, os acordos demandaram uma base que só seria encontrada nos poderes locais, sem os quais toda a estrutura desmoronaria. Assim, a Política dos Governadores se alicerçou no Coronelismo, como “um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos” (CARVALHO, 2013) Baseado no coronelismo, o arranjo concretizado por Campos Salles formou uma rede de troca de benefícios e apoios que viabilizou um governo pretensamente federal e fixou uma determinada elite no controle nacional, estadual e regional.

Os coronéis colaboravam para o arranjo político de Campos Salles dominando o eleitorado e canalizando o voto para seus aliados. Para demonstrar em detalhes, José Murilo de Carvalho assim apresenta o funcionamento do arranjo político: “o governador republicano, ao contrário, era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, era o chefe da política estadual. Em torno dele se arregimentavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes” (CARVALHO, 2013).

No entanto, falta a análise de um dos elementos citados na equação política estudada por José Murilo de Carvalho: os partidos regionais como forças políticas poderosas e fundamentais para se entender o fim desse modelo de República em 1930. A conjuntura apontava para a formação de partidos regionais e de fato ela foi seguida por boa parte dos atores políticos mesmo antes da promulgação da Constituição. O PRP foi fundado em 1873, o PRR (Partido Republicano Rio-grandense) em 1882 e o PRM, como já citado, em 1888 (Cf. GOMES; PANDOLFI; ALBERTI (orgs.), 2002: 66).

Se analisada a característica regional de forma avulsa, é possível relativizar a exigibilidade do caráter nacional, contudo, os partidos da Primeira República eram representantes das oligarquias estaduais e esse fenômeno muito deveu à limitação presente nessas organizações. Rodrigo Pato Sá Mota lembra que esses partidos “representavam uma coalizão de grupos políticos municipais, invariavelmente dominados por clãs familiares e/ou pelos velhos Coronéis” (MOTTA, 1999: 53).

Portanto o resultado foi, partidos pouco representativos, afastando do campo político uma grande parcela da população, já marginalizada pela exigência do critério de alfabetização para o exercício da cidadania política (Cf. GOMES; PANDOLFI; ALBERTI (orgs.), 2002: 67). Para se ter uma ideia, nas eleições presidenciais de 1894, somente 2,2% da população brasileira participou do processo eleitoral. O crescimento do número de eleitores se mostrou inexpressivo ao longo do primeiro período republicano, pois em 1930, apenas 5,6% da



6

população votaram no pleito para presidência da república – mesmo levando em conta que a referida eleição contou com grande competitividade entre os candidato (Cf. MOTTA, 1999: 56).

Centralização como oposição

A proposta centralizadora se renova em oposição ao federalismo da Primeira República. Como ideologia, sempre esteve presente nas forças militares e assim foi conservada ao longo do período republicano. Deodoro e Floriano são exemplos dessa *mentalité* no alto comando das forças armadas (Cf. FAUSTO (dir.), 2006: 44-54). No entanto, essa linha ideológica ganhou um escopo mais abrangente quando abarcou oficiais de baixas patentes e até civis em torno da proposta centralizadora. Esse momento foi transcrito no movimento denominado “tenentista”. A audiência prestada aos eventos patrocinados pelos tenentes foi grande, dado que o alto oficialato ficara de fora e os movimentos desencadeados pelos revoltosos – 18 do Forte, a tomada de São Paulo e Coluna Miguel Costa-Prestes – foram verdadeiros marcos para a sociedade brasileira da década de 1920, mesmo que vistos como atitudes subversivas (Cf. LANNA JÚNIOR In FERREIRA; DELGADO, 2006: 315-350).

O movimento tenentista caracterizou-se como a maior expressão contrária aos ideais da Primeira República e, por conseguinte, aos pilares que a sustentavam em especial a “política profissional”, o regionalismo, o coronelismo e o federalismo “exagerado” (SOUZA, 1990, p. 65-67). Concomitantemente, grupos civis – os denominados “republicanos críticos” – demonstravam desencantamento com a experiência liberal da Constituição de 1891, participando de organizações e publicando ensaios histórico-sociológicos, de tendências antiliberais. As críticas ao modelo republicano estavam se espalhando pela sociedade (Cf. FAUSTO (dir.), 1985: 343-374).

O tenentismo, contudo, não possuía um arcabouço ideológico definido. As propostas do movimento foram erguidas conforme o grupo se articulava e esboçava ações, quase sempre, mais práticas do que reflexivas. Eram vistos como os bastiões da luta contra a oligarquia, o que fez com que bandeiras como o voto secreto, moralização da política, fim do voto de cabresto e o combate ao regionalismo fossem associadas a esse grupo (Cf. CARONE, 1989: 32).

O debate sobre as fragilidades da Primeira República ganha forte contorno conforme as alianças entre o PRP e o PRM se esfacelam em torno da indicação de Washington Luís a



7

presidência, o então presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes. A divisão viabilizou o nome de Vargas como candidato à presidência da República (Cf. REZENDE In FERREIRA; DELGADO, 2006: 118-119). Para fechar o arranjo que enfrentaria o situacionismo governamental, a oligarquia paraibana foi cooptada. A aliança foi consumada com a escolha de João Pessoa, influente político local e sobrinho do ex-presidente Epiácio Pessoa, para ocupar a vice-presidência da chapa.⁴

Fora do âmbito das oligarquias estaduais, surgiram acertos com alguns segmentos do tenentismo, uma possibilidade haja vista que a proposta da Aliança era combater os vícios da República e nada mais interessante do que trazer um grupo claramente contrário ao *status quo* – ou pelo menos os que simpatizavam com suas defesas – para a oposição eleitoral (Cf. PANDOLFI, 1987: 6). Nasceu, assim, uma chapa opositora com uma plataforma ousada para um grupo de oligarquias interessadas em revidar o disparate do presidente: “Representação e Justiça”. Os projetos giraram em torno da regeneração política, da criação de uma justiça eleitoral, da ampliação dos direitos de liberdades e a defesa do voto secreto, era a Aliança Liberal (Cf. FERREIRA; PINTO In FERREIRA; DELGADO, 2006: 404).

A chapa Vargas e Pessoa foi derrotada nas urnas em março de 1930, e a derrota reconhecida pelos líderes do PRM e do PRR, mas as conspirações se iniciam tendo como líderes Virgílio de Melo Franco, em Minas Gerais, e Oswaldo Aranha, no Rio Grande do Sul, ambos conhecidos como os “tenentes civis” pela forma de lidar com a questão política. Aranha e Melo Franco fecharam uma rede que viabilizou uma tentativa de golpe, para tanto faltava uma fagulha e esta veio com o assassinato de João Pessoa (Cf. FERREIRA; PINTO In FERREIRA; DELGADO, 2006: 406). A revolta teve início no dia 3 de outubro e contou com as forças militares – Forças Públicas – dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Regionalismo e Centralização como propostas partidárias

Dentro da análise feita até o momento, não há como negar a existência de dois segmentos político-ideológicos que perpassavam a cultura política brasileira, o federalismo e a centralização. “Para uns e para outros, o binômio centralização versus federalismo representava a pedra de toque em torno da qual todas as outras questões confluíam” (GOMES (org.), 1980: 29). De fato este binômio se reforçou como a turbulenta política brasileira dos

⁴ O PRR e a elite paraibana já haviam se aliado contra a situação buscando superar a segunda grandeza nas eleições de 1922, o que ficou conhecido como Reação Republicana (LOVE In MOTA, 2000: 148).



8

anos de 1930. Desde o golpe até o início dos trabalhos da Constituinte em novembro de 1933, os debates políticos e a formação e dissolução de partidos estiveram ligadas a esse confronto, acirrado “pela profunda crise econômica mundial provocada pela quebra, em outubro de 1929”. (FERREIRA; PINTO In FERREIRA; DELGADO, 2006: 404). Dado o processo desencadeado pela Revolução de 1930 e, principalmente, pelo anúncio da Constituinte em 1933, diversos grupos políticos reagiram aos acontecimentos que encontraram lugar no período que se estende de 1930 a 1933. Houve o surgimento de novos partidos por todo o Brasil, desde o Acre até o Rio Grande do Sul.

Em pesquisa nos verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) e também com o auxílio de boletins eleitorais, os cientistas políticos Thiago Silva e Estevão Silva levantaram sessenta e sete partidos formados entre 1930 e as eleições de 1934 (Cf. SILVA; SILVA, 2015: 103-106).⁵ Utilizando esses dados e com a ajuda dos verbetes do DHBB é possível representar a tendência de cinquenta e oito famílias políticas. Detentores das mais diversas siglas, costumam se denominar “partido” e para os fins metodológicos desejados nesta apreciação foram considerados apenas as organizações que puderam ter sua tendência ideológica traçada por meio de um plano de proposta registrado no dicionário ou por meio da identificação das diretrizes imprimidas pelos líderes dos partidos.

Os números, por vezes frios e pouco exatos para as Ciências Humanas, ajudam a corroborar com a tese de que no momento estudado não houve apenas uma porta de acesso para Vargas chegar a ditadura em 1937 (Cf. GOMES (org.), 1980: 27). Nem tão pouco foi a pura e simples ascensão de uma classe média burguesa ao poder. Mesmo porque, como bem colocado por Gláucio Soares, essa classe média (ou até mesmo burguesa) urbana só surgiria, paulatinamente, na transição da década de 1950 para a de 1960 (Cf. SOARES, 2001: 184-187).⁶

Este trabalho não tem a pretensão de apontar o segmento político “vencedor” ou o mais “consistente”, apenas explicitar alguns traços das mudanças na cultura política brasileira, as quais foram além de um determinismo ideológico, social ou econômico. Com relação às organizações políticas, surgiram novos atores agrupados na forma de partidos políticos para atuarem no campo político-eleitoral e no campo parlamentar-constituente. Princípio de

⁵ Quanto aos verbetes citados ver BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1984.

⁶ Sobre a linha interpretativa mencionada ver FERREIRA; PINTO In FERREIRA; DELGADO, 2006: 408-409. Sobre aos dados apresentados ver SOARES, 2001: 184-187.



9

mudança importante para um país que ao longo de mais de 35 anos de uma pretensa democracia republicana mal passara da taxa de 5% da população participando dos pleitos eleitorais, quanto mais se organizando em torno de famílias políticas ambicionando o poder (Cf. MOTTA, 1999: 56).

Num primeiro momento – de 1930 até meados de 1932 – nasceram poucas organizações políticas, sendo que muitas nem podemos ter suas datas de fundação confirmadas. Outras, de acordo com DHBB, já existiam antes da década de 1930 e apenas foram reorganizados no período em questão. Segundo Dulce Pandolfi, as incertezas em torno do golpe de 1930, com sua formação heterogênea, provocaram divergências: “enquanto alguns desejavam a instalação imediata da democracia”, contempla a autora, “outros afirmavam que o retorno à ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais” (PANDOLFI In FERREIRA; DELGADO, 2007: 17).

As expectativas de mudanças políticas, embora pouco exploradas e nem concretizadas, estavam abertas. A Revolução de 1930 buscava encerrar um sistema democrático excludente, cristalizado em torno de alguns poucos líderes e com fraudes eleitorais. Então surgiram defesas em prol do intervencionismo estatal e da centralização política, que passaram a concorrer com as habituais defesas do federalismo descentralizado e do controle político oligárquico. Após a liberação do código eleitoral, do anúncio da convocação da constituinte, no dia 14 de maio de 1932 e com a eclosão da Revolução Constitucionalista de 9 de julho de 1932, aumentaram as pressões para a constitucionalização do país e vários setores sociais se mobilizam com o objetivo de organizar partidos e agremiações para canalizarem as suas reivindicações.

O código eleitoral de 1932 contribuiu para um sistema representativo bastante único de voto em legenda, onde cada eleitor poderia votar em quantos candidatos fossem possíveis, num primeiro turno e um complexo sistema de restos num segundo turno (Cf. PEREIRA; GELAPE, 2015: 267-268). Todavia, o rigor do sistema eleitoral não atingiu o partidário, onde quase nada fica definido. Os candidatos poderiam ou não estar filiados em torno de partidos, sendo esses dispensados de algum tipo de registro rigoroso perante a nova Justiça Eleitoral. Essa oportunidade impulsionou a organização de diversos partidos (Cf. CABRAL, 2004: 16).

A preciosa janela legal do código de 1932 foi aproveitada pelos mais diversos grupos que almejavam alcançar os postos mais altos de nossa democracia. Agora, as fraudes estavam parcialmente contidas - ou pelo menos assim queriam fazer parecer - pelo voto secreto e a



10

Justiça Eleitoral, o que animou grupos marginalizados das decisões até 1930, como os tenentes e alguns grupos de esquerda. Ao mesmo tempo, as oligarquias afastadas pela Revolução de 1930 esperavam reconquistar a máquina política.

Dentro das perspectivas, estavam forças de apoio a maior centralização, como os tenentes, os quais representavam a oposição mais completa ao modelo de república liberal adotado no Brasil até 1930 (SOUZA, 1990: 65-67). Apesar da repulsa a “política profissional” em 1931 é organizado o Clube 3 de Outubro. Com apoio de Oswaldo Aranha, tentaram formar um partido com representação nacional, de acordo com suas aspirações a União Cívica Nacional. Alguns partidos surgiram filiados à organização tenentista, embora a empreitada nacional nunca tenha decolado.

Os partidos dos interventores ficaram limitados às suas regiões, entretanto, não eram controlados pelo poder local, se posicionando favoráveis às diretrizes do poder central. O Partido Republicano Liberal (PRL), no Rio Grande do Sul; o Partido Progressista (PP), em Minas Gerais; o Partido Nacional de Alagoas (PNA); o Partido Liberal Mato-grossense (PLM); e o Partido da Lavoura de São Paulo nasceram com essas características. O Partido da Lavoura de São Paulo, por exemplo, foi fundado pelo interventor Valdomiro Castilho de Lima, com a função de agremiar os rivais filiados no Partido Democrático, logo após a Revolução Constitucionalista (Cf. BELOCH; ABREU, 1984: 2488-2611).

Os partidos estruturados pelas oligarquias locais receberam bastante atenção tanto por parte do governo, quanto dos centralistas, uma vez que suas lideranças atuaram ao longo da Primeira República e eram defensoras do federalismo. Por exemplo, o Partido Progressista, organizado por Olegário Maciel e Antônio Carlos de Andrada, dois representantes da oligarquia regional, porém aliados de Vargas.

Como observado, as forças políticas que participaram da Revolução de 1930 estavam se rearticulando para atuar no novo regime. Tenentes, interventores e oligarquias buscavam o poder e a proliferação de partidos era um claro ordenamento destas forças e seus projetos.

Com a contribuição da pesquisa de Thiago da Silva e Estêvão da Silva, somando os verbetes do DHBB, é possível balizar cinquenta e nove partidos com propostas que envolviam, de alguma forma, o apoio a maior centralização política – principalmente por iniciativa do Executivo – ou a defesa do regionalismo e da autonomia federativa. A tabela 1, formada com base nessa pesquisa, não possui a pretensão de ser uma lista exaustiva, antes, objetiva transparecer que o binômio Regionalismo/Centralização foi além das grandes esferas

e das discussões entre os círculos dominantes. O embate alcançou boa parte dos interessados na Constituinte.

Tabela 1

Nome Da Agremiação	U.F.	Regionalista (R) ou Centralizador (C)	Anos de Fundação	Observações Gerais
Partido Popular Do Acre	AC	R	1933	5
Legião Autonomista Do Acre	AC	C	1933	1
Partido Acreano Antiautonomista	AC	R	1933	
Partido Nacional De Alagoas	AL	C	1933	
Partido Republicano De Alagoas	AL	R	1933	2
Partido Economista Democrático De Alagoas	AL	R	1932	2
Partido Socialista Do Amazonas	AM	C	1933	4
Aliança Trabalhista-Liberal Do Amazonas	AM	C	1933	
Lista A Bahia Ainda É A Bahia	BA	R	1933	
Liga De Ação Social E Política Da Bahia	BA	R	1932	2
Partido Social Democrático Da Bahia	BA	R	1933	10
Partido Republicano Liberal Da Bahia	BA	C	1933	
Partido Evolucionista Da Bahia	BA	R	1931	8
Partido Social Democrático Da Bahia	BA	C	1933	1
Partido Social Democrático Do Ceará	CE	C	1932	3/5
Liga Eleitoral Católica Do Ceará	CE	R	1933	2
Partido Republicano Nacionalista Do Ceará	CE	R	1932	2
Partido Democrático Socialista Do Distrito Federal	DF	R/C	1932	9
Partido Autonomista Do Distrito Federal	DF	C	1933	4
Partido Socialista Do Distrito Federal	DF	C	1932	
Partido Social Democrático Do Espírito Santo	ES	C	1933	1
Partido Da Lavoura Do Espírito Santo	ES	R	1933	2
Partido Social Republicano De Goiás	GO	C	1933	1
União Republicana Maranhense	MA	R	1933	6
Partido Social Democrático Do Maranhão	MA	C	1933	1
Partido Republicano Do Maranhão	MA	R	1933	6
Partido Progressista De Minas Gerais	MG	R/C	1933	7
Partido Liberal Mato-Grossense	MT	C	1933	1
Partido Constitucionalista	MT	R	1932	11
Partido Liberal Do Pará	PA	C	1931	1
Partido Republicano Do Paraná	PA	R	1932	2
Partido Liberal Paranaense	PA	R	1933	8

Partido Social Democrático Do Paraná	PA	C	1933	1
Partido Progressista Da Paraíba	PB	C	1933	
Partido Republicano Libertador Da Paraíba	PB	R	1933	2
Partido Republicano Social De Pernambuco	PE	R	1933	2
Partido Nacional Socialista Do Piauí	PI	C	1933	7
Partido Social Nacionalista Do Piauí	PI	C	1932	4
Partido Economista Do Brasil	RJ	R/C	1932	13
Partido Proletário Do Rio De Janeiro	RJ	C	1932	
Partido Republicano Fluminense	RJ	R	1932	2
Partido Liberal Social Fluminense	RJ	R	1932	
Partido Popular Radical Do Rio De Janeiro	RJ	R/C	1930	12
União Progressista Fluminense	RJ	R	1930	12
Partido Socialista Fluminense	RJ	C	1932	
Partido Liberal Carioca	RJ	C	1933	9
Partido Aliancista Renovador Do Rio De Janeiro	RJ	C	1933	4
Partido Social Nacionalista Do Rio Grande Do Norte	RN	C	1933	1
Partido Popular Do Rio Grande Do Norte	RN	R	1933	2
Partido Republicano Liberal Rio-Grandense	RS	C	1932	1
Partido Liberal Catarinense	SC	C	1933	1
Partido Republicano De Santa Catarina	SC	R	1933	2
Partido Social Evolucionista De Santa Catarina	SC	C	1933	4
União Republicana De Sergipe	SE	R	1933	
Partido Republicano De Sergipe	SE	C	1933	1
Partido Da Lavoura De São Paulo	SP	C	1933	1
Partido Socialista Brasileiro De São Paulo	SP	C	1932	1
Chapa Única Por São Paulo Unido	SP	R	1932	2

Legenda de Observações:

Partido de interventor – 1

Partido de oligarquias regionais reorganizadas – 2

Partidos ligados ao Clube 03 de Outubro – 3

Partidos ligados a União Cívica Nacional – 4

Partidos ligados a Liga Eleitoral Católica – 5

Partido de Oposição ao Interventor – 6

Partido de apoio ao Governo – 7

Partido de oposição ao Governo – 8

Partido de vertente socialista – 9

Partido de interventor – 10

Partido Cassado – 11

Oligarquias ligadas a campanha de Nilo Peçanha em 1922 – 12

Planejava se expandir. Estendeu sua atuação a vários estados, como Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará, Minas e Paraná – 13

O cientista político Angelo Panebianco defende que há dois tipos de objetivos por trás da existência de um partido: o primeiro seria o objetivo organizativo ou “oficial”; o segundo



13

objetivo seria adquirido no decorrer da existência do partido, constituiria em um objetivo latente, diluído em meio a tentativa do partido de se manter no jogo político (Cf. PANEBIANCO, 2005: 12-16). Porém, traçar a evolução, o desenvolvimento ou as possíveis mudanças presentes nos programas das agremiações apreciadas se torna nebuloso por conta da suspensão do campo político-democrático em 1937.

Outro fator de aparente limitação seria o forte caráter regional, mesmo dos partidos com programas centralizadores – bastar ler os nomes para aferir que o regionalismo era algo profundo. Para Serge Berstein, por exemplo, partidos compartilham de quatro características: “1) a duração no tempo; 2) a extensão no espaço; 3) a aspiração ao exercício do poder; e 4) a vontade de buscar o apoio da população”. Mas a aplicação de moldes metodológicos deve sempre ser precedida de uma boa reflexão sobre o objeto. A análise de Berstein, em muito, está ligada a seus estudos sobre a própria república francesa e as frentes radicais (BERSTEIN In RÉMOND, 1996: 62-63). O regionalismo era a situação no Brasil, que não tinha uma população urbana majoritária e ainda vítima do coronelismo. Foram mais de trinta anos de uma república regionalizada e o movimento de centralização, por mais coeso que pudesse parecer que fosse, não poderia, simplesmente, instaurar uma cultura política de partidos com programa e estrutura nacional.

O papel dessas organizações era discutir propostas de um “novo” Brasil – mesmo que o novo tivesse que ser próximo ao “antigo” – independentemente das bases sobre as quais estivesse alicerçado. O partido, como Berstein também defende, é um lugar de mediação política, portanto:

A passagem dessas aspirações e dessas necessidades (que não são unicamente materiais) à expressão de um pensamento político não aparece de modo algum como algo evidente, mas dá lugar a uma misteriosa alquimia que modifica a própria natureza do fenômeno. A realidade vivida pertence à esfera do concreto cotidiano, o campo do político à esfera do discurso. (BERSTEIN In RÉMOND, 1996: 60).

Dentre essas aspirações, regionalismo ou centralização não poderiam estar mais presentes. O fortalecimento do Executivo ou a manutenção do federalismo eram aspectos vivos, principalmente depois do levante constitucionalista paulista em 1932.

Conclusões gerais



O regionalismo triunfou ao longo da Primeira República brasileira apoiado sobre o tripé do coronelismo, da política dos governadores e das fraudes eleitorais (Cf. FERREIRA; PINTO, 2006: 1-15). Não foram anos de estabilidade incontestes, contudo, a sobrevivência dos grupos detentores da máquina estadual se perpetuava. Os partidos eram meras representações políticas dessas elites. Os “PRs” eram hegemônicos, escondendo o jogo democrático por trás de um denso véu de acordos bem costurados.

A centralização, aparentemente derrotada após a Proclamação da República, mostra sinais de vida durante os movimentos tenentistas na década de 1920. A marginalização termina após o fim do entendimento entre o PRP e o PRM, o que levou ao desgaste do modelo implantado. A centralização surge como alternativa a um regionalismo fragilizado.

“Para que nasça um partido é necessário que se produza uma crise” e o período contemplado foi de extrema instabilidade (BERSTEIN In REMOND, 1996: 67). Os diversos partidos oriundos desse momento político são expressões de propostas que são lançadas ao campo político com a aproximação da Constituinte. Entre essas propostas estavam o apoio ao modelo regionalista ou a luta pela maior centralização administrativa, o embate sobre o qual se alicerçava boa parte da dinâmica do Governo Provisório. Embora a atuação desses partidos seja restrita, suas propostas são almeçadas por seus participantes e o momento democrático aberto se constituía como um espaço de atuação real para a situação e para a oposição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional [1938]*. Rio de Janeiro Ebookslibris, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/azevedo.html> Acesso: 03/01/2017.

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Representação das associações profissionais no Brasil: o debate dos anos 1930. In *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, no. 22, p. 119-133, 2004. Disponível em: http://www.Representaçãodasassociaçõesprofissionaisnobrasil.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01044478200400100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04/01/2017.

BELOCH, Israel; ABREU Alzira A. de. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em: 10/01/2017.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira A. de. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1984.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

CABRAL, João C. da Rocha. *Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil, 1932*. Edição fac-similar. Brasília, 2004.



15

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. 3o Ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARONE, Edgard. *Revoluções no Brasil Contemporâneo 1922-1938*. Editora Ática, São Paulo, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, volume 40, número 2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30/12/2016.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Getúlio Vargas 1883-1954*. Câmara dos Deputados, Brasília, 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Cidadania e República no Brasil: história, desafios e projeção do futuro. In PEREIRA, Flávio; DIAS, Fonseca. *Cidadania e Inclusão social*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008, p. 321-334.

FAUSTO, B. (dir.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 3a Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1985, v. 9, p. 343- 374.

FAUSTO, B. (dir.). *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 8a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 8, 2006, p. 17-57.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13a Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 1-15.

FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 387-416.

FRANCO, Virgílio de Mello. *1930: Outubro*. 1980.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. Tenentismo e crise política na Primeira República. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 315-350.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: editora SENAC, 2008.

LOVE, J. A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In MOTA, C. G. (org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. 2a Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 121-162.

MOTTA, Rodrigo. P. S. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.



16

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partidos: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1987.

PEREIRA, Rodolfo Viana; GELAPE, Lucas De Oliveira. Anacronismo do Sistema Proporcional de lista aberta no Brasil. *Revista de Informação Legislativa*, Ano52, Número205, jan./mar.2015.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-38.

REZENDE, Maria Efigênia Lara de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 91-120.

SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 75-106, Dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000400075&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 04/11/2016

SOARES, Gláucio Ary. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOUZA, M. C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1990.